



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Relatório da Entidade das
Contas e Financiamentos
Políticos relativo às Contas da
Campanha Eleitoral para a
Eleição do Presidente da
República, realizada em 24 de
janeiro de 2021, apresentadas
pela Candidatura de André Claro
Amaral Ventura**

PA 1/PR/21/2021

Julho/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução	3
2. Método e Responsabilidade.....	3
2.1. Método.....	3
2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro	6
3. Informação Financeira.....	6
4. Resultados / Observações	7
4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha	7
4.2. Despesas não refletidas nas contas de campanha – subvalorização das despesas.....	9
4.3. Ausência de registo nas contas de campanha de despesas e receitas relacionadas com a utilização de sede de candidatura.....	10
4.4. Ausência de suporte documental de algumas receitas - donativos.....	11
4.5. Incumprimento do regime legal relativo a donativos	13
4.6. Deficiências no processo de registo de despesas de campanha.....	14
4.7. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas	16
4.8. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto.....	17
4.9. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado	20
4.10. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha	22
5. Conclusões.....	24
6. Direito ao Contraditório	25
Lista de Anexos.....	26



Lista de siglas e abreviaturas

Candidato	André Claro Amaral Ventura
Candidatura	Candidatura de André Claro Amaral Ventura para a Eleição do Presidente da República realizada em 24 de janeiro de 2021
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha para a Eleição do Presidente da República realizada em 24 de janeiro de 2021, da Candidatura de André Claro Amaral Ventura
PR 2021	Eleição do Presidente da República realizada em 24 de janeiro de 2021
SMN	Salário mínimo nacional



Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Político envia à apreciação do **Candidato**, relativo às contas da campanha para eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, apresentadas pela candidatura de **André Claro Amaral Ventura**, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas da campanha da eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, apresentadas pela candidatura de **André Claro Amaral Ventura**, daqui em diante identificada como **Candidatura**.

2. Método e Responsabilidade

2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados, e quando aplicáveis, foram os seguintes:



- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;
- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no artigo 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a Lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por Lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º, da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, as quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha da eleição do Presidente da República realizada em 24 de janeiro de 2021, a **Candidatura** apurou uma receita global de 201.112,38 EUR (Anexo I) e uma despesa total de 201.112,38 EUR (Anexo II). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo nulo da conta da campanha eleitoral.

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de Subvenção Estatal, no montante de 146.072,38 EUR, de contribuição de partidos políticos no valor de 35.000,00 EUR e de donativos pecuniários no montante de 20.040,00 EUR (Anexo I).



4. Resultados / Observações

4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Note-se que o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas, conforme impõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea e) do Sistema de Normalização Contabilística (DL n.º 158/2009, de 13 de julho). Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07), nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

Assim, neste contexto, da análise dos documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral verificou-se que a Candidatura apresentou um “ANEXO X – Anexo às contas de campanha”, o qual não apresenta qualquer informação referente às contas da campanha para a eleição do Presidente da República (cfr. fls. 30 do PA).

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Conforme acima se fez referência, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever



genérico de organização contabilística. De acordo com o artigo 12.º, n.º 3, alíneas b) e c) todas as despesas e receitas têm que estar devidamente discriminadas, por forma a que a contabilidade reflita com fidedignidade todas os registos da campanha.

Por sua vez, nos termos do artigo 12.º, n.º 1 e 3, alínea b) e artigo 16.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 19/2003 as atividades de campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuição de partidos políticos que apresentem ou apoiem as candidaturas às eleições, entre outras, do Presidente da República, devendo tais receitas encontrarem-se devidamente discriminadas.

De acordo com artigo 16.º, n.º 2, da citada Lei n.º 19/2003, os partidos podem efetuar adiantamentos às contas das campanhas, designadamente para liquidação de despesas, contabilisticamente considerados como dotação provisória à campanha e a reembolsar após o recebimento da subvenção estatal.

Da análise dos documentos de prestação de contas, verifica-se que a Candidatura registou um total de receitas no valor 201.112,38 EUR e um total de despesas no valor de 201.112,38 EUR, apresentando um resultado líquido de campanha de 0,00 EUR.

Sucedem que, no que respeita a despesas registadas, apenas 150.189,07 EUR correspondem a despesas efetivas da Candidatura. A diferença entre o valor de despesas registadas e as despesas efetivas da Candidatura, no valor de 50.923,31 EUR corresponde a:

- A.** uma devolução das contribuições efetuadas pelo Partido CHEGA no valor de 35.000,00 EUR (registado como gasto na subconta “68912 – Eleições Presidenciais”, com o descritivo “B.Ch.Liq.Doc.Devol.Contribuic.”- cfr. movimento contabilístico “40.003”, datado de 30/04/2021, de fls. 99 do PA e transferência bancária com o descritivo “TRF PARTIDO CHEGA”, datada de 07/04/2021, de fls. 63 do PA) e
- B.** a um gasto registado na subconta “6892591 – Outros Custos Conta Campanha”, com o descritivo “B.Ch.Liq.Doc. liq.conta bancar”, no valor de 15.923,31 EUR (cfr. movimento contabilístico “70.002”, datado de 31/07/2021, de fls. 101 do PA), respeitante à transferência do saldo remanescente da conta bancária de campanha com o IBAN n.º aberta junto do banco “Caixa Geral de Depósitos



S.A.”, para a conta bancária n.º _____ titulada pela mandatária financeira e
pelo Candidato André Claro Amaral Ventura (cfr. fls. 12 e 63 verso do PA e fls. 135 e 136
do Anexo I do PA).

A situação descrita no ponto A, da qual resulta uma devolução da contribuição no valor de 35.000,00 EUR é violadora do disposto no artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003, porquanto apenas permite a devolução de adiantamentos, assim se concluindo que o saldo da campanha está subvalorizado no valor de 35.000,00 EUR.

A situação identificada no ponto B. supra, referente à devolução do valor de 15.923,31 EUR correspondente ao saldo remanescente da conta bancária da campanha à data do encerramento da mesma, não se tratando de uma despesa efetiva de campanha, tem reflexo no resultado líquido da mesma, subvalorizando-o no montante de 15.923,31 EUR, ao arrepio do disposto no artigo 12.º, n.º 1, 2, 3 alíneas b) e c) da Lei n.º 19/2003.

Em consonância com o exposto, verifica-se que os movimentos suprarreferidos não se traduziram na efetiva realização de um gasto, implicando uma subvalorização do resultado líquido da campanha naquele montante – 50.923,31 EUR.

Em suma, as situações identificadas em **A.** e **B.** configuram a violação do disposto nos artigos 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alíneas b) e c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, artigo 16.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

4.2. Despesas não refletidas nas contas de campanha – subvalorização das despesas

Decorre, ainda, do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alínea c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.



De acordo com o parágrafo 76 da Estrutura Conceptual do SNC, a definição de gastos engloba diminuições nos benefícios económicos (perdas) e gastos que resultem do decurso das atividades correntes da entidade, geralmente, na forma de um exfluxo ou deperecimento de ativos tais como dinheiro e seus equivalentes, inventários e ativos fixos tangíveis.

In casu, a Candidatura não registou nas contas da campanha uma despesa referente a serviços de contabilidade, no valor de 307,50 EUR, suportada pela fatura “FA 2021/140”, emitida pelo fornecedor “Patrões – Serviços de Contabilidade, Lda.” à Candidatura em 20/02/2021, com o descritivo “PR2021” (cfr. fls. 18 e 157 do PA).

Acresce que a análise dos movimentos da conta bancária de campanha com o IBAN n.º aberta junto do banco “Caixa Geral de Depósitos, S.A.” e encerrada a 20/07/2021 (cfr. fls. 136 do Anexo I do PA), permitiu verificar que o pagamento da referida fatura não foi efetuado através da conta bancária de campanha (cfr. fls. 57 a 63 verso do PA).

Pelo exposto, a ausência de registo da despesa nas contas de campanha configura a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

4.3. Ausência de registo nas contas de campanha de despesas e receitas relacionadas com a utilização de sede de candidatura

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

A candidatura identificou como sede o imóvel sito na Rua Miguel Lupi, n.º 12, 1.º Dt., em Lisboa (cfr fls. 18 do PA), o qual constitui a sede do Partido CHEGA conforme resulta do contrato de arrendamento (fls 187 a 189 verso do PA). Da análise deste contrato extrai-se a obrigatoriedade de um pagamento, a título de renda mensal, no valor de 2.500,00 EUR para o período compreendido entre os anos de 2020 e 2024, pelo seu arrendatário – o Partido CHEGA.



No caso vertente, constatou-se que a Candidatura utilizou temporariamente o imóvel em questão, sem que procedesse ao registo nas contas de campanha dessa utilização, como sua sede, e sem que disponibilizasse qualquer suporte documental ou informação quanto às condições e área do imóvel utilizado pela campanha.

Pelo exposto, a ausência do registo nas contas da utilização temporária da sede do Partido CHEGA, como sede da Candidatura, configura a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1 da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta que, na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a referida ausência de registo e da falta de suporte documental, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, demonstrar a razoabilidade do preço/valor da utilização temporária da sede em causa, bem como informação quanto à área do imóvel utilizada pela campanha, caso o valor seja divergente dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

4.4. Ausência de suporte documental de algumas receitas - donativos

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

Por sua vez, nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares apoiantes das candidaturas à eleição para Presidente da República.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas com donativos e/ou angariação de fundos devem obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite do respetivo valor, identificação da origem até à necessidade da respetiva discriminação (cfr. mencionado artigo 16.º, n.º 4, da Lei 19/2003).



O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela pretenda representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as receitas provenientes de donativos de pessoas singulares apoiantes das candidaturas à eleição para Presidente da República.

In casu, a Candidatura registou no “Mapa M3 – Receitas de Campanha – Donativos” os seguintes donativos no valor total de 20.040,00 EUR (cfr fls. 34 do PA), os quais não se encontram suportados por documentos em que conste indicação do valor, nome do doador e outro elemento individualizador, como por exemplo, o NIF ou o CC, que permita aferir a origem e comprovar a legalidade destas receitas:

em EUR

Doador	N.º cheque / TB	Data	Valor
	Cheque n.º 7999772376	05/01/2021	300,00
	TRF	30/12/2020	200,00
	TRF	29/12/2020	250,00
	TRF	29/12/2020	250,00
	TRF	29/12/2020	250,00
	TRF	29/12/2020	400,00
	TRANSFERENCIA 171030965	28/12/2020	250,00
	TRF	28/12/2020	250,00
	TRF	28/12/2020	250,00
	TRANSFERENCIA 170931162	27/12/2020	250,00
	TRF CXDOL 170446845	21/12/2020	1 000,00
	TRF	21/12/2020	500,00
	TRF	18/12/2020	1 000,00
	DEPOSITO 0	03/12/2020	3 000,00
	TRF	17/12/2020	5 000,00
	Donativo 170274719	18/12/2020	5 000,00
	TRF	05/01/2021	400,00

¹ Cfr. fls. 163 do PA e 129 do Anexo I do PA.



	TRF CXDOL 171968609	08/01/2021	40,00
	TRF	07/01/2021	100,00
	TRF	09/01/2021	350,00
	TRF	19/01/2021	1 000,00
Total			20 040,00

A ausência de entrega da documentação de suporte dos donativos supra identificados impede aferir a origem da receita e corroborar a informação disponibilizada pela Candidatura, comprometendo a fiscalização de eventuais financiamentos proibidos.

A situação acima descrita representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

4.5. Incumprimento do regime legal relativo a donativos

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares apoiantes das candidaturas à eleição para Presidente da República.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas com donativos e/ou angariação de fundos devem obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite do respetivo valor, identificação da origem até à necessidade da respetiva discriminação (cfr. mencionado artigo 16.º, n.º 4, da Lei 19/2003).

No caso vertente, e tendo por base o Mapa M3 – Receitas de Campanha – Donativos, no valor total de 20.040,00 EUR (cfr fls. 34 do PA), os quais se encontram acima elencados, foram identificados os seguintes depósitos bancários efetuados para a conta bancária de campanha com o IBAN _____, aberta junto do banco “Caixa Geral de Depósitos S.A.”, no valor total de 9.290,00 EUR (cfr. fls. 57, 58 e 59 do PA), cuja origem não foi possível aferir (cfr. fls. 57 a 63 do PA):



- A. Depósito no montante de 3.000,00 EUR, com o descritivo “DEPOSITO 0”, datado de 03/12/2020;
- B. Depósito no montante de 5.000,00 EUR, com o descritivo “Donativo 170274719”, datado de 18/12/2020;
- C. Depósito no montante de 1.000,00 EUR, com o descritivo “TRF CXDOL 170446845”, datado de 21/12/2020;
- D. Depósito no montante de 250,00 EUR, com o descritivo “TRANSFERENCIA 170931162”, datado de 27/12/2020;
- E. Depósito no montante de 250,00 EUR, com o descritivo “TRANSFERENCIA 171030965”, datado de 28/12/2020, e;
- F. Depósito no montante de 40,00 EUR, com o descritivo “TRF CXDOL 171968609”, datado de 08/01/2021.

A ausência de identificação do ordenante no descritivo dos movimentos bancários mencionados supra, impede a corroboração da origem da receita no valor de 9290,00 EUR e compromete a verificação da legalidade dos donativos recebidos pela Candidatura.

Pelo exposto, as situações identificadas de **A.** a **F.** configuram o incumprimento do regime legal relativo aos donativos, previsto no artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

4.6. Deficiências no processo de registo de despesas de campanha

Nos termos do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alíneas c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.



Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Por sua vez, o n.º 2, do mencionado artigo, estabelece que as despesas de campanha são discriminadas por categorias com a junção de documento certificativo em relação a cada ato de despesa.

No caso, verificou-se que a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” (fls. 29 do PA) os seguintes gastos no valor de 3.750,00 EUR que não se encontram devidamente discriminados (cfr. subcontas “689252681 – Telas 8x3” e “689252602 – Produção e Edição Tempos de Antena” de fls. 99 do PA):

- A.** Registo de gasto na categoria “Estruturas, cartazes e telas”, no valor de 1.250,00 EUR, suportado pela “Fatura Nº 6”, datada de 12/01/2021, do fornecedor “Fullquest – Comunicação & Marketing SA” no que respeita ao descritivo «Produção de vídeos de apoio “Braga/Viana do Castelo/Setubal/Alentejo”» (cfr. fls. 29, 39 e 42 do PA e 26 do Anexo I do PA) e registada na sub conta “689252681 – Telas 8x3” (cfr fls. 99 do PA).

Atenta a natureza do suprarreferido gasto verifica-se que o mesmo não se enquadra na categoria de “Despesas com a conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública”, o qual deveria ter sido registado na categoria “Propaganda, comunicação impressa e digital” evidenciando, por esta via, uma incorreta discriminação do gasto, e;

- B.** Registo de gasto na categoria “Propaganda, comunicação impressa e digital”, no valor de 2.500,00 EUR, suportado pela “Fatura Nº 5”, datada de 11/01/2021, do fornecedor “Fullquest – Comunicação & Marketing SA” no que respeita ao descritivo “Mudança de telas e estruturas CHEGA 25 unid” (cfr. fls. 29, 39 e 41 do PA e 23 do Anexo I do PA) e registada na subconta “689252602 – Produção e Edição Tempos de Antena” (cfr fls. 99 do PA)



A análise do descritivo da documentação de suporte evidencia a existência de um gasto que devido à sua natureza, deveria ter sido registado na categoria “Estruturas, cartazes e telas”, ao invés de na categoria “Propaganda, comunicação impressa e digital”.

As situações identificadas em **A.** e **B.** representam uma inadequada organização contabilística, e uma indevida discriminação das despesas de campanha, configurando, por isso, a violação dos artigos 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

4.7. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela pretenda representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” os seguintes gastos no valor de 138,25 EUR, cujo suporte documental não foi entregue (cfr. fls. 29 do PA):



- A. Registo de gasto na subconta “6892591 – Outros Custo Conta Campanha”, com o descritivo “B.Ch.Liq.Doc.carreg.telem”, suportado pela fatura n.º “113842”, emitida em 17/01/2021, do fornecedor “Vodafone”, no valor de 40,00 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.033” de fls. 120 do PA e “Mapa M12 – Conta – Despesas de Campanha – Custos administrativos e operacionais” de fls. 45 do PA), e;
- B. Registo de gasto na subconta “689257 – Refeições e similares”, com o descritivo “B.Ch.Liq.Doc.refeições”, do fornecedor “PAPA JOHNS”, no valor de 98,25 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.080” de fls. 119 verso do PA e “Mapa M13 - despesas de campanha – Outras” de fls. 48 do PA).

A não disponibilização de qualquer suporte documental impossibilita a certificação daquele registo de despesa e a comparação entre os valores despendidos em cada uma destas despesas e os valores constantes da Listagem n.º 2/2020.

Pelo exposto, a ausência de apresentação da documentação de suporte dos gastos supra identificados representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta, que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência de falta do suporte documental das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade/justificação do preço dos serviços adquiridos, caso os valores das despesas sejam divergentes dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

4.8. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a



realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

In casu, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” os seguintes gastos suportados por faturas cujos descritivos se apresentam incompletos (cfr. fls. 29 do PA):

- A. Registo de gasto na subconta “689251 – Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado”, suportado pela “FT FT/34”, com o descritivo “Concepção da campanha, comunicação e estudos de mercado”, emitida pelo fornecedor “NEURONS PARADISE, LDA” em 22/01/2021, no valor de 13.000,01 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.005” de fls. 118 do PA e fls. 22 verso do Anexo I do PA).



A fatura “FT FT/34”, emitida pelo fornecedor “NEURONS PARADISE, LDA”, apresenta um descritivo vago e impreciso, não discriminando os serviços prestados;

- B.** Registo de gasto na subconta “689252692 – Pendões”, suportado pela “Fatura Nº 10”, com o descritivo “Produção pendões e telas decorativas”, quantidade 1, emitida pelo fornecedor “Fullquest – Comunicação & Marketing SA” em 20/01/2021, no valor de 553,50 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.003” de fls. 118 do PA e fls. 23 verso do Anexo I do PA).

Do descritivo da suprarreferida fatura não é possível extrair informação quanto às dimensões, em metros quadrados, e quantidade de pendões e telas decorativas adquiridos;

- C.** Registo de gasto na subconta “6892563 – Profissionais de espetáculo”, suportado pela “FATURA-RECIBO N.º 166”, com o descritivo “Andre ventura PR 2021”, emitida pelo fornecedor ‘ ‘ em 22/01/2021, no valor de 800,00 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.023” de fls. 119 do PA e fls. 25 do Anexo I do PA).

O descritivo da “FATURA-RECIBO N.º 166” mostra-se insuficiente para aferir quer o serviço prestado quer as suas especificidades;

- D.** Registo de gasto na subconta “6892563 – Profissionais de espetáculo”, suportado pela “FATURA-RECIBO N.º 165”, com o descritivo “Drive IN Leiria”, emitida pelo fornecedor ‘ ‘ em 21/01/2021, no valor de 1.350,00 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.022” de fls. 119 e fls. 25 verso do Anexo I do PA).

O descritivo da “FATURA-RECIBO N.º 165” mostra-se insuficiente para aferir quer o serviço prestado quer as suas especificidades, e;

- E.** Registo de gasto na subconta “6892564 – Seguranças”, no valor de 8.610,00 EUR, suportado pela “Fatura N.º FT 2021/7” emitida pelo fornecedor “BECSC Services, Lda.” em 22/01/2021, a qual no que respeita ao descritivo “Prestação de Serviços



11 a 12 janeiro – 2 motoristas” no valor de 2.200,00 EUR, “Prestação de Serviços- Aluguer de Viaturas” no valor de 2.000,00 EUR e “Prestação de serviços – reparação de estragos” no valor de 2.000,00 EUR (cfr. movimento contabilístico n.º “10.006” de fls. 119 e fls. 89 a 93 todos do PA e fls. 21 do Anexo I do PA).

O descritivo da “FATURA-RECIBO N.º FT 2021/7” mostra-se insuficiente para aferir quer o serviço prestado quer as suas especificidades, nomeadamente não identifica o tipo de veículo, número de passageiros, período de aluguer e preço por dia.

As situações identificadas de **A.** a **E.** representam uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003 bem como uma violação do art. 19.º, n.º 2 da citada Lei.

No âmbito do exercício do contraditório, pode o Partido vir apresentar esclarecimentos adicionais e/ou juntar documentos complementares idóneos a suprir a insuficiência do descritivo daquelas despesas.

Mais se acrescenta que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência do descritivo incompleto das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade/justificação do preço dos serviços adquiridos, caso o valor da despesa seja divergente do valor de mercado constante da Listagem n.º 2/2020.

4.9. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003, são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.



Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, verificou-se que a Candidatura registou nas contas apresentadas um gasto, no valor de 1.771,20 EUR (IVA incluído), suportado pela “Fatura N.º FT H/14”, datada de 12/01/2021, do fornecedor “Gráfica Lda”, referente a “8.000 ex. Cartazes no ftº 70x100cm, impressão a 4/0 cores, em papel couché brilhante 135gr”, pelo valor unitário de 0,18 EUR (cfr. subconta “689252673 – Cartazes 70*100cm” de fls. 99 do PA e 20 verso do Anexo I do PA).

Do capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.1 – Impressão digital em papel”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de mercado estabelecido para a aquisição de cartazes com “2.1.5 – Medidas superiores a 0,48 x 0,68 até 0,75 x 1” é de 4,00 EUR por unidade.

Assim, ao serem adquiridos cartazes pelo valor unitário de 0,18 EUR, verifica-se que o preço de cada cartaz foi reduzido em 3,82 EUR, tendo por referência o valor mínimo de mercado constante da listagem n.º 2/2020.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), **podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável/justificada.**



Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, a situação identificada carece de esclarecimento por parte da Candidatura por forma a que seja possível aferir a razoabilidade da despesa. Não o fazendo, tal situação consubstancia a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr por todos o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho) nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado, e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma.

4.10. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 2/2005, «(...) os cidadãos candidatos às eleições para Presidente da República (...), estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo» (cfr. Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro, que fixa o valor em 635,00 EUR, para o ano de 2020, e artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro, que fixa o valor em 665,00 EUR, para o ano de 2021).

No caso, a Candidatura registou nas contas os seguintes gastos, no valor total de 15.182,50 EUR, os quais se reportam à aquisição de meios, que, pela sua natureza, só podem ser utilizados em ações de campanha, pelo que não soçobram dúvidas quanto à necessidade de cumprir *in casu* o dever de comunicação imposto pelo referido artigo 16.º, n.º 1 (cfr. subcontas “68925264 – Folhetos/desdobráveis”, “689252673 – Cartazes 70*100cm”, “6892567 – Tradutores/Interpretação”, “6892563 – Profissionais de espetáculos”, “6892534 – Autocarros”, “6892535 – Aluguer Som, Luz Imagem”, “689257 – Refeições e similares” de fls. 118 a 119 verso, “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data de fecho de contas da campanha

ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Relatório da ECFP relativo às Contas de Campanha para a eleição do PR 2021,
apresentadas pela Candidatura de André Claro Amaral Ventura

PA 1/PR/21/2021



eleitoral” de fls. 29, Mapas de despesas analíticos de fls. 41, 43 e 45, todos do PA, faturas de fls. 16, 16 verso, 17 verso, 20, 20 verso, 23 verso, 25, 25 verso, 55 e “ANEXO XIII – Lista de Ações e Meios de Campanha” de fls. 123 e 123 verso, todos do Anexo I do PA):

em Euros

Fornecedor	N.º de documento	Data	Valor total da fatura	Descrição da despesa	Valor (S/Iva)
Gráfica, Lda.	FT H/14	12/01/2021	6.494,40	8.000 ex. Cartazes no ftº 70x100cm, impressão a 4/0 cores, em papel couché brilhante 135gr	1.440,00
				500.000 ex. Folhetos no ftº A5, impressão 4/4 cores, em papel couché brilhante 90gr	2.580,00
				Custo de transporte (Ilhas e continente)	840,00
Victory & Gratitude - Unipessoal, Lda	FT 2021/1	07/01/2021	922,50	Interpretação em evento PT-FR-PT	750,00
	165	21/01/2021	1.350,00	Drive in Leiria	1.350,00
	166	22/01/2021	800,00	Andre ventura PR 2021	800,00
Full Quest - Comunicação e Marketing SA	10	20/01/2021	3.567,00	Comício Drive in Porto: Aluguer Caminhão palco	1.100,00
				Aluguer som, luz e imagem	1.350,00
Onyria - Quinta da Marinha Hotel	4473	27/01/2021	1.647,50	Meeting Package	1.537,50
Quinta Nossa Senhora Auxiliadora organização de eventos, Lda	FT M/6	14/01/2021	2 005,75	Refeições sem bebidas Qt. 71	1.775,00
“estórias na casa da Comida	2021A203/1	06/01/2021	1.404,00	Menu 2 Qt.26	910,00
Hotel Estalagem Turismo - Irene Martins Selas	VDH 1/10721	17/01/2021	1.429,30	Restaurante Qt. 30	750,00
Total					15 182,50

Refere-se que, de acordo com a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 870/2023, 872/2023, 873/2023 e 875/2023, 876/2023), e sem prejuízo dos meios que, pela sua natureza, se configuram necessariamente como meios de uma ação de campanha, como é o caso dos autos, determinante para efeitos de verificação do cumprimento do dever de comunicação previsto no referido artigo 16.º, n.º 1, é a demonstração de qual a ação de campanha realizada em que os referidos meios foram utilizados.



Pelo exposto, é de se concluir que, no caso em apreço, a conduta descrita importa o incumprimento do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha para a eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, apresentadas pela **Candidatura de André Claro Amaral Ventura**, verificam-se as seguintes irregularidades:

- i. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 4.1.);
- ii. Despesas não refletidas nas contas de campanha – subvalorização das despesas (ver ponto 4.2.);
- iii. Ausência de registo nas contas de campanha de despesas e receitas relacionadas com utilização de sede de Candidatura (ver ponto 4.3.);
- iv. Ausência de suporte documental de algumas receitas - Donativos (ver ponto 4.4.);
- v. Incumprimento do regime legal relativo a donativos (ver ponto 4.5.);
- vi. Deficiências no processo de registo de despesas de campanha (ver ponto 4.6.);
- vii. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 4.7.);
- viii. Deficiência no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto (ver ponto 4.8.);
- ix. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 4.9.), e;
- x. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (ver ponto 4.10.).



A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha para a eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, apresentadas pela **Candidatura de André Claro Amaral Ventura**.

6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe a **Candidatura de André Claro Amaral Ventura** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005).

Lisboa, 25 de julho de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

João Pires

(Presidente)

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



Lista de Anexos

ANEXO I

Conta resumo – Receitas de Campanha

ANEXO II

Conta resumo – Despesas de Campanha

ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha PR 2021,
apresentadas pela Candidatura de André Claro Amaral Ventura

PA 1/PR/21/2021

Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 2021

Candidato: ANDRÉ CLARO AMARAL VENTURA

ANEXO XI

CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M1	146 072,38	0,00	146 072,38
Contribuição de Partido(s) político(s)	Mapa M2	35 000,00	25 000,00	10 000,00
Donativos	Mapa M3	20 040,00	25 000,00	
Produto de Angariação de Fundos	Mapa M4	0,00	100 000,00	-100 000,00
Subtotal		201 112,38	150 000,00	56 072,38
Donativos em espécie	Mapa M5	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M6	0,00		
Subtotal		0,00		
Total das Receitas		201 112,38		

**ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha PR 2021,
apresentadas pela Candidatura de André Claro Amaral Ventura

PA 1/PR/21/2021

ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 2021

Candidato: ANDRÉ CLARO AMARAL VENTURA

ANEXO XII

CONTA - DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M7	36 900,00	25 000,00	11 900,00
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M8	13 683,56	25 000,00	-11 316,44
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M9	43 050,00	50 000,00	-6 950,00
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M10	5 717,00	20 000,00	-14 283,00
Brindes e outras ofertas	Mapa M11	405,90	20 000,00	-19 594,10
Custos administrativos e operacionais	Mapa M12	21 012,99	10 000,00	11 012,99
Outras	Mapa M13	80 342,93	10 000,00	70 342,93
Subtotal		201 112,38	160 000,00	41 112,38
Donativos em espécie	Mapa M14	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M15	0,00		
Subtotal		0,00		
Total das Receitas		201 112,38		